



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
 Rua dos Libaneses nº 1998, Carmo, Araraquara - SP - CEP 14801-425

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: 0011285-49.2018.8.26.0037  
 Classe - Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro  
 Autor(a)(es): **Camila Cristina Zurzolo**  
**Eliana Toshimi Nishihara Adão**  
 Advogado/OAB: N/C  
 Ré(u)(s): Mosaicos São Tomé Ltda ME  
 Advogado/OAB: N/C

Aos 18 de outubro de 2018 às 15:52, nesta cidade e Comarca de Araraquara, Estado de São Paulo, na sala de audiências, sob a condução do Sr.(a) Conciliador(a) que abaixo subscreve e a supervisão do MM. Juiz de Direito, ROGERIO BELLENTANI ZAVARIZE, comigo escrevente técnico judiciário abaixo assinado, foi instalada a sessão de conciliação com as formalidades legais. Verificou-se a presença da parte autora e a ausência da parte ré, apesar de citada. A correspondência ou contrafé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor (Enunciado Fonaje nº 5), tal como ocorre na hipótese dos autos. Prejudicada a tentativa de conciliação. Pela parte autora foi dito que a ré procedeu a devolução do valor de R\$2.057,00. Os documentos, digitalizados e liberados nos autos digitais por ocasião do ajuizamento são entregues neste ato para a parte autora. **Pelo MM. Juiz foi proferida sentença:** "Vistos. Trata-se de pretensão em obter rescisão de contrato, inexigibilidade de valores e condenação ao pagamento do valor declinado. O não comparecimento da parte requerida à audiência acarreta os efeitos da revelia, provocando a presunção de veracidade dos fatos articulados pela parte requerente, consoante dispõe o art. 20 da Lei nº 9.099/95. Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido para declarar rescindido o contrato objeto da presente ação e tornar inexigíveis os boletos com vencimentos em 15/09/2018, 15/10/2018 e 15/11/2018, no valor de R\$2.057,00 cada. Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95). Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Sentença proferida e publicada em audiência (dispensando publicação em diário oficial), saindo intimados os presentes." Termo impresso e assinado pelos presentes (arts. 209, §1º e 367, §2º do CPC), a ser mantido em arquivo, dispensada sua digitalização para os autos digitais, nos quais ficará armazenado apenas o termo de igual teor assinado digitalmente pelo MM. Juiz. NADA MAIS. Eu, Fernando Alves De Rezende, digitei.

MM. JUIZ:-

Conciliador(a): Roberto Ferro

Autor(a)(es):-